

Desejo, Homoerotismo e Subjetividades em Ambientes Virtuais: Uma Análise

Antropológica¹

Lucas Mateus do Nascimento Patuci²

UFPI/PIAUI

Este trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT/UFPI), cujo objetivo é analisar as dinâmicas homoeróticas em ambientes virtuais. Em um contexto marcado pela centralidade das tecnologias digitais na produção de subjetividades e nas formas de interação social, plataformas online de sexo virtual emergem como espaços privilegiados de experimentação do desejo, do anonimato e da performatividade. O campo empírico da pesquisa é o site Flingster (flingster.com), plataforma de chat por vídeo entre desconhecidos, compreendida como um território sociotécnico no qual se produzem interações mediadas digitalmente. Considerando o caráter inicial da investigação, o artigo busca situar teoricamente e metodologicamente os desafios colocados à Antropologia diante das dinâmicas sociais no meio virtual. A pesquisa adota uma abordagem multimetodológica, articulando dados qualitativos e quantitativos, com inspiração antropológica. Os procedimentos metodológicos envolvem participação “como um nativo”, observação participante em ambiente virtual, análise de conteúdo das interações e a ciberetnografia como técnica central de coleta de dados. Essa articulação possibilita apreender tanto padrões recorrentes de uso da plataforma quanto às experiências subjetivas dos usuários, respeitando princípios éticos fundamentais da pesquisa em ambientes digitais, como anonimato, consentimento e manejo responsável de informações sensíveis. O desenvolvimento analítico organiza-se em torno de três categorias centrais: homoerotismo, desejo e subjetividade. O homoerotismo é mobilizado a partir das contribuições de Jurandir Freire Costa, compreendido como uma experiência relacional e historicamente situada. O desejo é pensado com base em Gilles Deleuze e Félix Guattari, entendido como força produtiva e imanente aos agenciamentos sociotécnicos. A subjetividade é abordada em diálogo com Judith Butler, considerando os processos performativos que atravessam corpos e identidades nos contextos digitais. A partir dessas

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), por meio do Edital FAPEPI nº 003/2025 – Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (PAPG) – Bolsas de Mestrado e Doutorado, Processo nº 00110.000590/2024-17, conforme Termo de Concessão e Aceite de Bolsa nº 057/2025.

² Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). E-mail: patucilucas@gmail.com.

categorias, o trabalho problematiza as implicações teóricas, metodológicas e éticas do fazer etnográfico em ambientes digitais.

Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, as considerações aqui apresentadas possuem caráter exploratório e provisório. Ainda assim, o artigo busca contribuir para o debate no campo da Antropologia Digital, evidenciando os modos contemporâneos de produção do desejo e da subjetividade em ambientes mediados por tecnologias digitais, bem como refletindo sobre os desafios teóricos, metodológicos e éticos do fazer antropológico em contextos virtuais.

Palavras-chave: Homoerotismo; Ciberetnografia; Antropologia Digital.

1. DINÂMICAS HOMOERÓTICAS E AMBIENTES VIRTUAIS COMO PROBLEMA ANTROPOLÓGICO

No contexto das transformações históricas e sociais iniciadas nos anos 1990 e intensificadas a partir dos anos 2000, a expansão da internet e a centralidade das tecnologias digitais — expressas tanto nos softwares, como redes sociais e aplicativos diversos, quanto nos hardwares que estruturam a vida conectada contemporânea — participam ativamente da produção e reconfiguração de novas formas de subjetividade e sociabilidade.

Os debates pioneiros acerca dessas transformações foram inaugurados por autoras como Christine Hine, cujas contribuições consolidaram a internet como campo legítimo de investigação etnográfica. Posteriormente, tais discussões foram ampliadas por perspectivas vinculadas à antropologia digital, especialmente nos trabalhos de Daniel Miller, Don Slater, Arturo Escobar e Sherry Turkle, que deslocaram o foco analítico para os modos pelos quais as tecnologias participam da constituição das relações sociais, da experiência subjetiva e dos processos de construção de si.

No contexto brasileiro, essas discussões vêm sendo ampliadas por pesquisadoras e pesquisadores como Jean Segata, Theophilos Rifiotis, Carolina Parreiras, Maria Elisa Máximo e Lorena Mochel, entre outros, cujas contribuições permitem compreender as mediações tecnológicas não como meros suportes instrumentais, mas como elementos constitutivos das experiências sociais contemporâneas.

As plataformas digitais — sites e aplicativos têm se configurado como espaços privilegiados para a experimentação do desejo, possibilitando formas específicas de interação marcadas pelo anonimato relativo, pela performatividade e pela mediação técnica das relações. *Online*, a sexualidade passa a ser atravessada por dinâmicas próprias das infraestruturas digitais, que condicionam modos de apresentação de si, negociação de desejos e constituição de vínculos efêmeros ou duradouros.

É nesse horizonte analítico que se insere a presente pesquisa, ao investigar como plataformas de interação erótica mediada digitalmente participam da produção de sociabilidades homoeróticas e de modos específicos de constituição subjetiva.

Para tanto, realizou-se, inicialmente, uma revisão bibliográfica em torno da temática, especificamente no que tange às discussões sobre as potencialidades e desafios de se fazer etnografia com plataformas online ou em meio digital, com o objetivo de mapear o estado atual das discussões no campo da antropologia digital e compreender as principais formulações teóricas e metodológicas mobilizadas por pesquisas recentes. Em destaque, contribuições de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros.

Discutir os deslocamentos provocados pelos ambientes digitais implica reconhecer que as tecnologias influenciam as dinâmicas humanas e não humanas em diferentes níveis e por múltiplas mediações, seja por intervenções mais diretas, seja pelos modos como atravessam práticas cotidianas, relações e formas de interação. Após o trabalho com espaços de pegação em meio urbano (Patuci, 2024), tornou-se pertinente pensar de que modo questões evidenciadas naquele campo físico — nas trilhas — poderiam ser deslocadas para um campo situado em ambiente digital e/ou online.

Da mesma forma, interessou refletir sobre como as categorias homoerotismo, zona moral e espaços de pegação — mobilizadas anteriormente como ferramentas analíticas — reaparecem, se reorganizam e assumem novos contornos quando articuladas às plataformas digitais. Esse deslocamento implicou também uma ampliação do próprio campo — das trilhas urbanas às plataformas digitais, especialmente Flingster — e da questão de pesquisa, antes voltada à constituição dos espaços de pegação e agora direcionada às relações entre homoerotismo, subjetividade, desejo e plataformas digitais.

E agora direcionada às relações entre *homoerotismo* por Jurandir Freire Costa (1992; 1995) propõe o uso de homoerotismo em lugar de homossexualidade, por considerar que o termo oferece maior abrangência analítica e melhor adequação aos estudos da sexualidade, especialmente no contexto brasileiro, ao contemplar com mais precisão a diversidade das experiências e práticas sexuais.

A *subjetividade* pode ser compreendida como o modo pelo qual os sujeitos vivenciam, percebem e interpretam a si mesmos e o mundo. Para Judith Butler (2003; 2019), ela é constituída social e historicamente, atravessada por normas culturais e relações de poder, especialmente na forma como *gênero*, *desejo* e *sexualidade* são vividos e performados.

Já para Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1 (1995), a *subjetividade* é compreendida como um processo em constante movimento e

devenir. Não se trata de uma essência anterior ao sujeito, mas de algo produzido continuamente nas experiências, nos encontros, nos afetos e nas relações com o mundo. Para ambos, a subjetividade é múltipla, dinâmica e sempre em transformação.

Nesse sentido, a *subjetividade* não é fixa, mas produzida continuamente nas relações sociais, inclusive presente entre pesquisador, interlocutor e atuação e afetação em campo. Em contextos digitais, isso se amplia ainda mais, pois as plataformas tornam-se espaços onde desejos, identidades e modos de existir são constantemente performados, negociados e reinventados.

Ainda a partir das contribuições de Deleuze e Guattari, cabe retomar brevemente suas formulações acerca do desejo. Para os autores, em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (2011), o desejo não deve ser compreendido como falta, carência ou efeito da repressão, tal como formulado pela tradição psicanalítica freudiana e lacaniana. Ao contrário, o desejo é pensado como força produtiva, criadora e afirmativa, sempre em movimento. Mais do que buscar preencher uma ausência, ele produz conexões, relações, afetos e modos de existência, constituindo-se como um processo contínuo de criação, produção e transformação.

A influência das tecnologias digitais já havia sido percebida anteriormente, sobretudo a partir do uso do site Gays-Cruising, que mapeia, por meio das contribuições de usuários, pontos de pegação no Brasil e em diferentes partes do mundo. Também se fazia presente no uso do aplicativo Grindr, frequentemente acionado por mim enquanto pesquisador como recurso complementar para observar perfis que mencionavam encontros nas trilhas e/ou que indicavam estar no espaço naquele momento. Nesse sentido, o deslocamento do campo para o ambiente digital partiu do esforço de avançar um passo adiante nessas questões já anteriormente percebidas.

Nesse cenário, a plataforma online Flingster emerge simultaneamente como campo e objeto empírico deste empreendimento analítico. Não apenas como um site que promete conectar usuários de diferentes partes do mundo de forma discreta e anônima, mas como um espaço digitalmente mediado, cuja arquitetura técnica da plataforma participa ativamente da produção das interações que ali acontecem.

Sua interface de uso relativamente simples, o pareamento aleatório por vídeo, a possibilidade de anonimato, a ampla circulação diária de usuários conectados e o acesso gratuito a parte significativa de suas funcionalidades contribuíram para sua escolha como campo de pesquisa. Soma-se a isso a expressiva adesão de usuários brasileiros à plataforma, bem como sua acessibilidade por diferentes dispositivos — como smartphones, computadores

e notebooks —, o que amplia sua circulação e favorece diferentes formas de entrada, permanência e interação no ambiente digital.

Logo nos primeiros contatos, ainda de forma despretensiosa com a plataforma, foi possível observar normas implícitas de interação, expressas no uso de termos e emojis, bem como em performances corporais que envolvem a exibição de símbolos com as mãos e diferentes expressões faciais e corporais. Também se destacam dinâmicas de permanência e abandono das interações, frequentemente marcadas por assimetrias entre os usuários e por jogos de anonimato. Nesse conjunto de práticas, a circulação do desejo se organiza de maneira situada, atravessada por encontros breves e negociações rápidas que estruturam o próprio fluxo das interações.

Explicita-se, assim, o problema central desta pesquisa: de que maneira a teoria antropológica contribui para compreender e investigar as dinâmicas sociais em uma plataforma de videochamadas e como essas dinâmicas influenciam a constituição da subjetividade dos usuários? Em termos mais amplos, busca-se compreender quais são as contribuições da Antropologia para a análise das relações sociais mediadas por tecnologias digitais.

Nesse contexto, o objetivo geral consiste em compreender como se constitui a subjetividade homoerótica em espaços de contato mediados por tecnologias digitais, tomando como foco as interações, os afetos, os desejos e as formas de sociabilidade que emergem nesses ambientes.

Este artigo apresenta-se como uma reflexão preliminar de uma pesquisa ainda em andamento. Nesse sentido, antecipo desculpas pelos possíveis limites, lacunas ou caminhos ainda em aberto, uma vez que se trata de um trabalho em processo de discussão, delimitação teórica e amadurecimento analítico.

Parte do esforço empreendido neste trabalho consiste em reunir e apresentar contribuições de autores e pesquisadores brasileiros que vêm refletindo sobre a antropologia digital, especialmente no que diz respeito a temas centrais do ofício antropológico, como o campo, a escrita e o fazer etnográfico

2. O DIGITAL COMO DESAFIO À PRÁTICA ANTROPOLÓGICA

Como se observa a partir dos autores apresentados ao longo do texto, o espaço digital, sobretudo após os efeitos da pandemia de COVID-19 (2020–2024), constitui-se como ferramenta metodológica e, em muitos casos, também como campo e/ou objeto empírico de pesquisa para antropólogas e antropólogos. Essas transformações convidam a repensar os deslocamentos do campo etnográfico ao longo da história da prática antropológica, além de

refletir sobre categorias importantes na constituição do fazer etnográfico, como a noção de presença, copresença e mediação tecnológica.

A partir de uma leitura dos modelos clássicos e de uma postura reflexiva frente às inflexões contemporâneas, cabe considerar os limites metodológicos da observação digital e as implicações que estes produzem no ofício do antropólogo e na etnografia. Além disso, torna-se necessário ponderar as questões éticas envolvidas nessas formas contemporâneas de pesquisa em antropologia digital.

Essas são as questões iniciais que nortearam a primeira fase desta pesquisa, na qual apresento alguns fragmentos de reflexão sobre o fazer antropológico em contextos digitais, nos quais a noção clássica de campo ainda possui forte peso e defensores. Nesse cenário, a busca por outras alternativas de campo em um meio de fortes influências dos modelos clássicos implica uma postura mais reflexiva e dinâmica, evidenciando que o fazer antropológico não se constitui como algo fixo ou estabilizado.

Nesse sentido, autores como Mariza Peirano e Tim Ingold chamam atenção para a diversidade e a contingência que atravessam a prática antropológica, ressaltando que cada nova forma de vida e de interação transforma também as condições de produção do conhecimento antropológico. Assim, o fazer antropológico se reconfigura continuamente, em diálogo com as transformações dos modos de existência e das formas de relação social.

2.1 DESLOCAMENTOS DO CAMPO ETNOGRÁFICO

Recuperar as noções de campo na antropologia implica pensar, em última instância, o campo como espaço empírico de produção de conhecimento. O conceito de campo em antropologia passou por sucessivas transformações históricas, do modelo de gabinete às etnografias clássicas, até os atuais contextos de campo híbrido e digital.

Na antropologia de gabinete, expressão associada ao local de produção do conhecimento, o trabalho era caracterizado principalmente pela construção teórica a partir de relatos de terceiros, documentos escritos e objetos materiais. O campo estava no gabinete, na biblioteca, no museu, no arquivo e nas coleções etnográficas. Os principais materiais eram relatos de viajantes, cartas missionárias, documentos coloniais, objetos coletados, mapas e registros administrativos.

Esse modo de produção do conhecimento caracterizou obras clássicas como *Cultura Primitiva*, de Edward Burnett Tylor (1871; TYLOR, 2025), *A Sociedade Antiga*, de Lewis Henry Morgan (1877; CASTRO, 2011), e *O Ramo de Ouro*, de James George Frazer (1890; FRAZER, 1982). No Brasil, destaque para a atuação de Nina Rodrigues em *Os Africanos no*

Brasil (1935) e Roquette-Pinto em *Rondônia* (1917), que recorrem ao mesmo modelo de investigação, embora em tempos diferentes.

Com a virada etnográfica malinowskiana, o campo passa a assumir outro lugar dentro da antropologia. Sobretudo após a publicação, em 1922, de *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia* (2018), inaugura-se uma forma particular de fazer antropologia e de escrever textos etnográficos. Nascia a etnografia moderna. O campo passa a ser definido pelo “estar lá”, isto é, por uma inscrição simultaneamente espacial e corporal do pesquisador, pela observação e participação na vida cotidiana, pelo aprendizado da língua e pela permanência por longos períodos junto aos interlocutores.

No Brasil, essa inflexão aparece especialmente na etnologia indígena desenvolvida ao longo da primeira metade do século XX, cujos autores contribuíram de modo decisivo para a institucionalização e a consolidação do ofício antropológico no país. Egon Schaden, com *Aculturação Indígena* (1969); e Darcy Ribeiro, com *Os Índios e a Civilização* (2017), publicado em 1970 e, posteriormente, *O Povo Brasileiro* (1995).

Em meados do século XX, a antropologia desloca-se do “mato” para o “asfalto”. O campo urbano passa a se constituir como foco das problematizações de pesquisadores e antropólogos na/da metrópole. A vida e a dinâmica nas cidades incluem ruas, bairros, mercados, praças, periferias, circuitos urbanos e sociabilidades noturnas. Com isso, temas como vida urbana, trabalho, raça, classe social, gênero e sexualidade, violência, conflitos, migração e sociabilidade ganham centralidade.

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, esse movimento pode ser observado nos trabalhos de Gilberto Velho, com *A utopia urbana: um estudo de antropologia social* (1989; 1973), Peter Fry, com *Para inglês ver* (1982), Luiz Mott, com *O lesbianismo no Brasil* (1987), José Guilherme Cantor Magnani, autor de *Festa no pedaço* (1998; 1984), Adriana Piscitelli, com *Gênero em perspectiva* (1998), e Maria Luiza Heilborn, autora de *Construção de si, gênero e sexualidade* (1999).

Ao mesmo tempo, o campo passa também a incluir organizações formais. O chamado campo institucional desloca a atenção para escolas, hospitais, prisões, tribunais, universidades e burocracias do Estado, entendidos como espaços privilegiados de produção de normas, práticas e formas de subjetivação. As instituições tornam-se, assim, espaços legítimos de investigação antropológica e sociológica.

Nesse debate, além de Erving Goffman e Michel Foucault, destacam-se no Brasil autores que pensam as instituições como dispositivos de poder, moralidade e gestão da vida

social. Com as contribuições de Luiz Fernando Dias Duarte, com *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas* (1986); Teresa Caldeira, autora de *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000); e Paula Montero, especialmente em *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil* (2009).

Na segunda metade do século XX, a escala do campo também se aproxima do cotidiano íntimo. Casa, família, parentesco, afetos, sexualidade e relações de cuidado passam a compor o espaço etnográfico. O campo doméstico ou da intimidade desloca o olhar antropológico para o cotidiano e para experiências ordinárias da vida social, tornando visíveis formas de organização do parentesco e da moralidade que antes eram tratadas como “naturais” ou secundárias. Nesse eixo, aparece um autor clássico, o célebre antropólogo Claude Lévi-Strauss.

Em território nacional, esse deslocamento é aprofundado por autores como Mariza Corrêa, em *Morte em Família* (1983), Claudia Fonseca, em *Família, fofoca e honra: etnografia de um bairro popular de Porto Alegre* (2004), e Maria Luiza Heilborn, cujas pesquisas sobre sexualidade, juventude e relações de gênero — como em *Construção de si, gênero e sexualidade* (2004).

Entre os anos 1980 e 1990, o campo deixa de estar necessariamente concentrado em um único lugar e passa a ser pensado em múltiplos lugares ao mesmo tempo. O campo multisituado acompanha redes translocais, circulação internacional, deslocamentos e conexões entre diferentes contextos. George Marcus é a principal referência dessa formulação, em diálogo também com o antropólogo indiano Arjun Appadurai e o sueco Ulf Hannerz. Essa perspectiva é incorporada e reelaborada por Adriana Piscitelli em *Entre as “máfias” e a “ajuda”: migração, turismo sexual e mercado do sexo* (2008). E por Carmen Rial em *A vida é futebol: etnografia de jogadores brasileiros no exterior* (2008).

No final do século XX e início do XXI, o arquivo retorna à antropologia, mas agora como objeto etnográfico. O campo arquivístico revisitado inclui arquivos públicos, cartórios, acervos, documentos burocráticos, registros institucionais e arquivos pessoais. Os documentos deixam de ser apenas fonte e passam também a ser observados etnograficamente.

Com a internet e as plataformas digitais, o campo entra também no ambiente online. Surge o campo digital ou virtual, constituído por chats, fóruns, redes sociais, aplicativos, jogos online, plataformas de webcam e sites de encontros. Destacam-se as contribuições de Christine Hine, especialmente em *Virtual Ethnography* (2000) e sua atualização em *Ethnography for the Internet* (2015), nas quais propõe a internet como campo etnográfico

legítimo e situado; Daniel Miller, em obras como *The Internet: An Ethnographic Approach* (2016), onde analisa usos cotidianos da internet em diferentes contextos sociais.

Além das pesquisas de Richard Miskolci, com *Desejos digitais: uma análise da sociabilidade homoerótica online* (2017), no qual investiga sexualidade e plataformas digitais; e, conseqüentemente, as contribuições de Larissa Pelúcio, em *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS* (2009), posteriormente desdobrada em estudos sobre corporalidades, gênero e mídias.

Mais recentemente, talvez a configuração mais frequente seja a do campo híbrido. O campo passa a se constituir simultaneamente entre online e offline, tela e corpo, plataforma e encontro presencial, espaço urbano e ambiente digital, articulando regimes de presença e copresença mediada, bem como interfaces técnicas e experiências corporais situadas. Aparecem Christine Hine, Daniel Miller, Richard Miskolci, apresentados anteriormente, e Sarah Pink, em *Doing Sensory Ethnography* (2009) e *Digital Ethnography* (2016), ao enfatizar uma abordagem sensorial e situada das mediações digitais.

No Brasil, diferentes pesquisadores têm se destacado por produções nessa área. Em destaque, as contribuições de Fernanda Bruno, em obras como *Máquinas de ver, modos de ser* (2013), que analisa as dinâmicas de vigilância, visibilidade e subjetivação no contexto das redes digitais. Leticia Cesarino, em *O mundo do avesso* (2022), ao analisar ecologias informacionais, política e redes digitais contemporâneas; e Maria Elisa Máximo, cujas pesquisas em antropologia digital e etnografia das plataformas exploram as dinâmicas de interação, presença e sociabilidade em ambientes mediados por tecnologias digitais.

Os autores e obras apresentados acima reforçam uma periodização das transformações do campo ao longo da história da antropologia, evidenciando seus deslocamentos epistemológicos e metodológicos, sem pretensão de encerrar a discussão, dado o caráter amplo e ainda expansivo da bibliografia sobre o tema.

As transformações ocorridas ao longo do tempo foram múltiplas e atravessaram estilos de escrita, autores, posicionamento, regimes de financiamento, perspectivas teóricas, escolas de formação e diferentes correntes de pensamento — enfim, a história que todos nós conhecemos. Em síntese, há um deslocamento do campo como território físico delimitado para o campo como rede relacional, circulação e mediação, tendo como elemento central — talvez o mais proeminente — o estar online.

2.2 PRESENÇA, COPRESENÇA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

A discussão sobre presença constitui uma das questões centrais da tradição etnográfica. Na antropologia clássica, a presença configura-se como condição de validade na

produção do conhecimento etnográfico, caracterizado por longos períodos em campo, convivência cotidiana e observação participante. Consequentemente, a noção de presença passa a estar implicada na produção de conhecimento situado, no qual o conhecimento etnográfico não é abstrato nem distante, mas fruto de relações concretas, interações, linguagem, corpo e contexto.

A presença também se constitui como meio de sustentação da autoridade etnográfica, articulando a legitimidade do relato à experiência vivida. Em diálogo com Mariza Peirano (2008; 2016; 2021), a etnografia pode ser compreendida como uma experiência intelectual produzida na relação entre teoria e campo, na qual o conhecimento emerge do encontro entre pesquisador e interlocutores. Nesse sentido, a presença não se reduz à ocupação física de um espaço, mas refere-se à participação efetiva em uma situação social compartilhada.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ao propor a tríade metodológica do olhar, ouvir e escrever, reforça que o trabalho antropológico é construído por meio de uma relação situada entre pesquisador e interlocutores. Tradicionalmente, essa relação esteve associada ao deslocamento corporal e à convivência prolongada em campo.

Entretanto, a emergência dos ambientes digitais desafia essa compreensão ao introduzir formas de interação mediadas por dispositivos técnicos. Nesse contexto, a noção de copresença torna-se particularmente relevante. Ainda que pesquisador e interlocutores não compartilhem o mesmo espaço físico, permanecem conectados por meio de plataformas, interfaces e sistemas de comunicação síncrona.

A copresença digital produz um espaço relacional no qual sujeitos compartilham temporalidades, afetos, expectativas e experiências mediadas tecnologicamente. As contribuições de Raquel Recuero (2009) auxiliam na compreensão desse fenômeno ao demonstrar que as interações em rede são capazes de produzir vínculos sociais, pertencimentos e formas específicas de capital social. A simultaneidade das trocas online possibilita experiências de proximidade que não dependem exclusivamente da presença física, mas da manutenção de conexões mediadas por tecnologias digitais.

Em diálogo com Maria Elisa Máximo (2007; 2012; 2016), torna-se possível compreender que plataformas digitais, aplicativos e interfaces não funcionam como instrumentos neutros de comunicação. Ao contrário, configuram dispositivos que organizam temporalidades, formas de interação e possibilidades de ação, indicando que a técnica participa diretamente da constituição da socialidade contemporânea. Nesse sentido, a autora contribui para a compreensão da copresença em ambientes digitais como uma forma de

interação mediada, na qual a presença é produzida e sustentada por arranjos sociotécnicos, e não apenas pela coabitação física de um mesmo espaço.

Essas reflexões tornam-se particularmente relevantes para compreender plataformas de sexo virtual como o Flingster. Nesses ambientes, a copresença é produzida por meio de webcams, microfones, telas e sistemas de pareamento instantâneo. Carolina Parreiras (2024) demonstra que as práticas de erotismo online constituem formas específicas de intimidade mediada, nas quais desejo, visibilidade e anonimato são continuamente negociados.

Por sua vez, Richard Miskolci (2017), evidencia que as plataformas digitais produzem novas formas de sociabilidade homoerótica, marcadas pela gestão da exposição e pela construção estratégica da identidade. Já Larissa Pelúcio (2009), contribui para compreender como corpo, desejo e sexualidade permanecem centrais mesmo quando mediados tecnologicamente, de modo que nudez, masturbação online, enquadramento do corpo pela câmera e controle da visibilidade revelam uma experiência profundamente corporificada.

2.3 LIMITES METODOLÓGICOS DA OBSERVAÇÃO DIGITAL

Se os ambientes digitais ampliam as possibilidades da pesquisa antropológica, também introduzem desafios metodológicos específicos. Diferentemente dos campos etnográficos convencionais, as plataformas online frequentemente apresentam dinâmicas descontínuas, fragmentadas e distribuídas.

Segata (2014), argumenta que o campo digital não constitui um espaço delimitado, mas uma rede de relações sociotécnicas mediadas por diferentes tecnologias. O pesquisador acompanha fluxos de interação que atravessam plataformas, dispositivos e temporalidades distintas. Nesse contexto, a observação deixa de ocorrer em um único local para tornar-se distribuída entre múltiplos espaços digitais.

Adriana Amaral (2008; 2011), destaca que a etnografia virtual exige constante adaptação metodológica. Defende o uso de estratégias metodológicas flexíveis capazes de acompanhar as especificidades e transformações do campo online. O pesquisador passa a ocupar simultaneamente as posições de observador, participante e usuário das plataformas investigadas. Essa condição produz novas formas de envolvimento com o campo e exige reflexividade permanente sobre sua própria inserção na pesquisa.

As contribuições de Lorena Mochel (2024) e Maria Elisa Máximo (2024), permitem refletir sobre a presença do pesquisador em ambientes digitais, onde se configura como frequentemente parcial. O acesso às interações depende das funcionalidades da plataforma, dos algoritmos de visibilidade e das escolhas dos próprios usuários. Assim, a observação é inevitavelmente mediada pela arquitetura técnica do ambiente pesquisado.

Outro desafio importante refere-se à natureza efêmera das interações digitais. Muitas trocas desaparecem instantaneamente após sua ocorrência, dificultando processos de registro e análise. Fernanda Bruno (2013) demonstra que, embora determinadas interações pareçam transitórias, elas frequentemente deixam rastros invisíveis armazenados pelas plataformas. Já Raquel Recuero (2009; 2012), destaca que os conteúdos digitais circulam entre permanência e desaparecimento, produzindo formas específicas de memória, esquecimento e reconstrução das conexões sociais.

No caso de plataformas de sexo virtual, essas questões tornam-se ainda mais complexas. Interações podem durar poucos segundos, desaparecer imediatamente após o encerramento da conexão ou permanecer armazenadas de maneiras inacessíveis aos usuários. Prints, capturas de tela e anotações de campo tornam-se recursos importantes, mas também suscitam questões éticas relevantes.

Além disso, o campo digital apresenta uma temporalidade acelerada. Paula Sibilia (2016), argumenta que as tecnologias contemporâneas favorecem regimes de instantaneidade e exposição contínua de si. Fernanda Bruno complementa essa análise ao discutir temporalidades algorítmicas marcadas pela circulação permanente de dados. Letícia Cesarino, por sua vez, demonstra como plataformas digitais organizam ecologias informacionais aceleradas, nas quais informações, imagens e interações circulam em velocidade crescente. Nesse cenário, o pesquisador precisa lidar com um campo permanentemente em transformação.

2.4 QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA DIGITAL

As transformações metodológicas associadas à pesquisa em ambientes digitais também produzem desafios éticos específicos. Conforme destacam Rifiotis, Amaral e Segata, a internet não pode ser compreendida apenas como uma extensão dos espaços físicos de pesquisa, mas como um contexto sociotécnico constituído por relações, mediações e práticas específicas. Suas características próprias exigem reflexão permanente sobre procedimentos éticos adequados.

Uma das questões mais debatidas refere-se à distinção entre espaços públicos e privados. Embora determinadas plataformas sejam tecnicamente acessíveis ao público, isso não significa que seus usuários esperem ser observados ou analisados em pesquisas acadêmicas. A definição dos limites entre observação legítima e invasão de privacidade permanece um dos principais desafios da etnografia digital.

As discussões sobre anonimato e consentimento assumem especial relevância em pesquisas sobre sexualidade online. Miskolci, demonstra que plataformas digitais

frequentemente possibilitam formas de anonimato estratégico, permitindo aos usuários administrar seletivamente sua visibilidade. Em ambientes voltados à experimentação do desejo, essa característica constitui elemento central da experiência social.

Fernanda Bruno acrescenta que a produção constante de rastros digitais amplia preocupações relacionadas à privacidade e à proteção de dados. Mesmo quando informações aparentemente identificáveis são removidas, permanecem desafios relacionados à anonimização efetiva dos sujeitos pesquisados. Nesse debate, Bruno ainda contribui ao discutir governança digital, proteção de dados e responsabilidade institucional no tratamento de informações produzidas em plataformas online.

Quando o foco recai sobre práticas homoeróticas e sexualidade digital, surgem ainda questões relacionadas à vulnerabilidade dos participantes. Parreiras (2012), demonstra que intimidade, erotismo e exposição corporal constituem experiências marcadas por riscos específicos em ambientes digitais.

Larissa Pelúcio (2019), evidencia que desejo e sexualidade permanecem atravessados por relações de poder, desigualdade e estigma. Já Berenice Bento (2021), lança luz sobre como determinadas experiências sexuais dissidentes continuam sujeitas a formas particulares de precariedade e vulnerabilização.

Dessa forma, pesquisar sexualidade online exige não apenas adaptação metodológica, mas também reposicionamento ético constante. A produção antropológica brasileira tem contribuído significativamente para consolidar a internet como campo etnográfico legítimo, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de novas ferramentas conceituais para compreender as formas contemporâneas de interação mediadas digitalmente.

3. O FLINGSTER COMO CAMPO ETNOGRÁFICO: DESEJO, ANONIMATO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

A escolha do Flingster como campo de investigação parte do reconhecimento de que as plataformas digitais contemporâneas não constituem apenas meios de comunicação, mas ambientes sociotécnicos complexos onde se produzem formas específicas de interação social, experiência subjetiva e circulação do desejo.

Enquanto plataforma de encontros por vídeo entre desconhecidos, o Flingster apresenta características que o tornam particularmente relevante para uma investigação antropológica sobre homoerotismo e sexualidade em ambientes digitais.

Diferentemente de aplicativos baseados em perfis relativamente estáveis, como Grindr ou Tinder, o Flingster opera prioritariamente por meio do encontro instantâneo e aleatório. Sua arquitetura privilegia a interação síncrona, a efemeridade dos contatos e a possibilidade

de anonimato. A plataforma conecta usuários de diferentes países em tempo real através de chamadas de vídeo, criando um ambiente marcado pela imprevisibilidade dos encontros e pela rápida circulação de corpos, imagens e desejos.

Sob uma perspectiva antropológica, essa dinâmica permite compreender o Flingster como um espaço social específico, dotado de regras próprias, normas implícitas e formas particulares de sociabilidade. Assim como outros ambientes etnográficos, a plataforma apresenta códigos de interação que são aprendidos progressivamente pelos participantes. Gestos corporais, enquadramentos da câmera, expressões faciais, uso de símbolos visuais e formas específicas de iniciar ou encerrar uma interação constituem elementos que organizam a experiência dos usuários.

A partir das contribuições de Freire Costa (1992; 1995), torna-se possível interpretar essas práticas por meio da categoria de homoerotismo. Ao deslocar a atenção das identidades fixas para as experiências do desejo, o conceito permite compreender interações que nem sempre se estruturam em torno de categorias identitárias claramente definidas. No ambiente do Flingster, observa-se que muitos usuários estabelecem contatos e trocas eróticas sem necessariamente reivindicar identidades sexuais específicas. O foco recai menos sobre quem se é e mais sobre aquilo que se deseja, experimenta ou performa em determinado contexto relacional.

Essa característica torna-se particularmente relevante em uma plataforma cuja lógica favorece encontros breves, marcados pela ausência de informações biográficas extensas e pela centralidade da imagem em movimento. A câmera assume papel fundamental na construção da interação, funcionando simultaneamente como dispositivo técnico e espaço de performance. Os usuários produzem enquadramentos específicos de seus corpos, selecionam aquilo que desejam tornar visível e administram estrategicamente sua exposição.

Nesse ponto, as reflexões de Butler (2003; 2019), auxiliam na compreensão da dimensão performativa dessas experiências. A subjetividade não aparece como algo dado ou anterior à interação, mas como resultado de processos contínuos de produção social. No contexto digital, identidades, expressões de gênero e modos de apresentação de si são constantemente negociados por meio das possibilidades oferecidas pela própria plataforma.

A interação mediada por vídeo evidencia que o corpo permanece central mesmo em ambientes digitais. Ao contrário das interpretações que associavam a internet a formas de descorporificação da experiência social, observa-se que os corpos continuam ocupando posição privilegiada nas dinâmicas de interação online. O que ocorre é uma reconfiguração

das formas de presença corporal, agora atravessadas pelas mediações técnicas da câmera, da tela e dos sistemas de transmissão digital.

As formulações de Deleuze e Guattari (2011), sobre o desejo oferecem outra chave interpretativa importante. Para os autores, o desejo não é falta nem carência, mas força produtiva capaz de gerar conexões, relações e modos de existência. No Flingster, o desejo manifesta-se como fluxo contínuo que conecta usuários em diferentes partes do mundo, produzindo encontros muitas vezes efêmeros, mas nem por isso desprovidos de significado social.

A própria lógica de funcionamento da plataforma parece organizada em torno dessa circulação permanente do desejo. Cada novo clique pode produzir uma nova conexão, um novo encontro ou uma nova possibilidade de interação. O sistema de pareamento aleatório cria um fluxo constante de aproximações e rupturas, constituindo uma dinâmica marcada simultaneamente pela expectativa, pela curiosidade e pela incerteza.

Nesse sentido, o Flingster pode ser compreendido como uma espécie de território digital do desejo, onde anonimato, visibilidade, erotismo e interação tecnológica articulam-se continuamente. Mais do que um simples espaço de encontros sexuais, a plataforma configura um ambiente de experimentação subjetiva, no qual diferentes formas de ser, desejar e relacionar-se são produzidas, negociadas e transformadas.

Embora a pesquisa ainda se encontre em estágio inicial, as observações preliminares sugerem que as dinâmicas homoeróticas presentes na plataforma oferecem importantes pistas para compreender os modos contemporâneos de constituição da subjetividade em contextos digitais. A análise dessas experiências permite observar como tecnologias, corpos e desejos se articulam na produção de novas formas de sociabilidade, evidenciando a relevância antropológica dos ambientes virtuais para a compreensão da vida social contemporânea.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo buscaram discutir as possibilidades e os desafios da investigação antropológica em ambientes digitais, tomando como horizonte a pesquisa em desenvolvimento sobre dinâmicas homoeróticas na plataforma Flingster. O problema central consistiu em compreender como a teoria antropológica pode contribuir para a análise das interações mediadas por tecnologias digitais e de seus efeitos na constituição da subjetividade homoerótica.

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar que a antropologia digital consolidou-se como um campo relevante de produção de conhecimento, oferecendo ferramentas conceituais e metodológicas capazes de compreender formas contemporâneas de

sociabilidade, desejo e construção de si. Autores nacionais e internacionais demonstram que plataformas digitais não funcionam apenas como meios de comunicação, mas como ambientes sociotécnicos que participam ativamente da organização das experiências sociais.

Ao longo do texto, procurou-se evidenciar que categorias como homoerotismo, desejo e subjetividade permanecem analiticamente produtivas para compreender práticas sexuais mediadas digitalmente. As contribuições de Jurandir Freire Costa, Judith Butler e Gilles Deleuze e Félix Guattari mostraram-se particularmente relevantes para pensar os modos pelos quais identidades, afetos e relações são produzidos em contextos digitais.

Entretanto, a pesquisa também evidencia desafios metodológicos persistentes. Questões relacionadas à observação distribuída, à efemeridade das interações, à aceleração temporal das plataformas e aos limites éticos da investigação online continuam exigindo atenção constante. O campo digital demanda reposicionamentos metodológicos capazes de lidar com formas específicas de presença, copresença e mediação tecnológica.

Como desdobramento futuro, a pesquisa pretende aprofundar o trabalho empírico na plataforma Flingster por meio da observação participante, da análise das interações e da sistematização dos dados produzidos em campo. Espera-se compreender de maneira mais detalhada como usuários negociam anonimato, desejo, visibilidade e pertencimento em ambientes digitais voltados à interação sexual.

Por fim, argumenta-se que as dinâmicas homoeróticas digitais constituem um objeto de investigação antropológica particularmente relevante para compreender as transformações contemporâneas das relações sociais. Em um contexto marcado pela crescente centralidade das tecnologias digitais na vida cotidiana, investigar como desejos, corpos e subjetividades são produzidos e experienciados em ambientes virtuais torna-se uma tarefa fundamental para a antropologia do presente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, v. 13, n. 20, p. 34-40, 2008.

BENTO, Berenice. *Brasil, ano zero: estado, gênero, violência*. Salvador: EDUFBA, 2021. DOI: 10.7476/9786556303680.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Veronica Daminelli; Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo.* 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 17-35.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital.* São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas e papéis sexuais.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.* 2. ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de um bairro popular de Porto Alegre.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet.* Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRAZER, James George. *O ramo de ouro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

HINE, Christine. *Virtual ethnography.* London: SAGE Publications, 2000.

HINE, Christine. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday.* London: Bloomsbury Academic, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade.* São Paulo: Hucitec; Editora da UNESP, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MÁXIMO, Maria Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 2, p. 25-47, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2007.2.3523.

MÁXIMO, Maria Elisa. O “paciente informado”: primeiras notas de um estudo etnográfico. In: RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (org.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

MÁXIMO, Maria Elisa; RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean. A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, A. E.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J. S.; BIANCHI, G. B. (org.). *Epistemologia, investigação e formação científica em Comunicação*. Rio do Sul: Editora UNIDAVI; Natal: EDUFRN, 2012.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The Internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2000.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise da sociabilidade homoerótica online*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOCHEL, Lorena. Whatsapp como campo de batalha: reflexões ético-metodológicas a partir de uma etnografia em grupos de oração evangélicos. *GIS – Gesto, Imagem e Som: Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 9, n. 1, e216670, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2024.216670>.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 47-65, 2006.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. In: CASTRO, Celso (org.). *Textos básicos de antropologia: cem anos de tradição – Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 197-222, jan./jun. 2012. DOI: 10.1590/S0104-83332012000100007.

PARREIRAS, Carolina. Reflexões sobre big data, sexualidades, datificação e moralidades no pornô digital: a “novinha” como categoria de classificação e indexação. *Mana*, v. 30, n. 2, e2024015, 2024.

PATUCI, Lucas Mateus do Nascimento. *Homoerotismo em espaços públicos abertos: o caso das Trilhas da Raul Lopes*. 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 2, 2008. DOI: 10.4000/pontourbe.1890.

PEIRANO, Mariza. Etnografia e rituais: relato de um percurso. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 237-248, 2016. DOI: 10.26512/anuarioantropologico.v41i1.2016/6538.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 2021.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa. *Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Annablume, 2019.

PINK, Sarah. *Doing sensory ethnography*. London: SAGE Publications, 2009.

PINK, Sarah et al. *Digital ethnography: principles and practice*. London: SAGE Publications, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 141-155, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: migração, turismo sexual e mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 31-76, 2008.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RIAL, Carmen. *A vida é futebol: etnografia de jogadores brasileiros no exterior*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.

RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; SEGATA, Jean. Etnografias do digital: um futuro mal distribuído na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 30, n. 68, e680201, jan./abr. 2024. DOI: 10.1590/1806-9983e680201.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia: anthropologia-ethnographia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1917.

SEGATA, Jean. A etnografia como promessa e o “efeito Latour” no campo da cibercultura. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 69-87, ago./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2014V16N2P69>.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

TYLOR, Edward Burnett. *Cultura primitiva*. Tradução de Antonio Fontoura. São Paulo: Antonio Fontoura, 2025.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.